



Alimentação Escolar

na Cooperação
Sul-Sul Brasileira
e em outras
Iniciativas da
Política Externa
do País

Alimentação Escolar

na Cooperação
Sul-Sul Brasileira
e em outras
Iniciativas da
Política Externa
do País

Setembro, 2025

Ficha Técnica

Organização:

Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC

Parceiros:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS

Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos – CdE/WFP

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul – UNOSSC

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Elaboração:

Cecilia Malaguti do Prado

Karine Silva dos Santos

Paola Barreiros Barbieri

Riffat Rego Iqbal

Maria Sinedes Neres

Mariana Ferreira do Sacramento

Miriam Oliveira

Monica Alves

Najla Veloso

Palova Souza

Rafaela Lamounier

Roseli Zerbinato

Saulo Ceolin

Sávio da Silva Costa

Vinicius Limongi

Wolney Matos de Andrade

Revisão do documento:

Adriana Maia da Silva

Alessandra Ambrosio

Claudia Caçador

Daniel Furst

Daniela Costa

Felipe Leal Albuquerque

Ines Tofalo

Janaina Plessmann

Julio Worman

Laiane Tavares de Rezende

Laura Dellamonica

Leticia do Valle

Luciano Milhomem

Tradução:

Daniel Alves (Espanhol)

Mohammed Hadjab (Francês)

Letícia Lopes (Inglês)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Sense Design & Comunicação



Sumário

Breve Histórico da Cooperação Sul-Sul Brasileira em Alimentação Escolar	4
Atividades e Resultados das Parcerias de Cooperação Sul-Sul Trilateral em Alimentação Escolar	11
Brasil em Destaque: Cooperação Sul-Sul e Iniciativas Internacionais em Alimentação Escolar	17
Linha do Tempo da Alimentação Escolar na Cooperação Sul-Sul Brasileira e na Política Externa do País	22
Sobre os Parceiros	26



1

Breve Histórico da Cooperação Sul-Sul Brasileira em Alimentação Escolar

A origem da cooperação Sul-Sul em alimentação escolar remonta ao Programa brasileiro conhecido como “Fome Zero”, uma das iniciativas mais emblemáticas do Brasil para combater a fome, a insegurança alimentar e promover a inclusão social. Lançado oficialmente em janeiro de 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa buscou integrar políticas públicas, mobilizar a sociedade e promover transformações estruturais para garantir o direito humano à alimentação adequada. Seu principal objetivo foi o de erradicar a fome no Brasil, assegurando que todas as famílias tivessem acesso a uma alimentação digna.

O Fome Zero buscou contribuir com o combate à fome por meio da agricultura familiar, da promoção do acesso ao crédito, da

assistência técnica e dos insumos para pequenos produtores. Ou seja, essa estratégia foi estruturada por meio de ações coordenadas e integradas para promover um desenvolvimento rural mais justo e sustentável, ao mesmo tempo que reforçava o papel da agricultura familiar na economia brasileira.

Como parte dessa estratégia foi criado, portanto, um ecossistema de políticas públicas, onde o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destaca-se como marco. O Programa introduziu uma abordagem inovadora ao promover a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

Essa experiência bem-sucedida abriu caminho para introduzir as compras públicas da agricultura familiar para as escolas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como para outros equipamentos públicos como hospitais, creches e entidades assistenciais.

Outro eixo que o Programa Fome Zero contemplou foi o relacionado à educação alimentar e nutricional. Campanhas educativas, formação de agentes comunitários e ações em escolas buscaram transformar a relação das pessoas com a alimentação.

Rapidamente o Fome Zero alcançou resultados expressivos e se tornou referência internacional no combate à fome. Entre os principais impactos, destacam-se a expansão do acesso à alimentação escolar de qualidade para milhões de crianças no País e a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, com aumento da renda e da produção local.

A criação da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 2004, ocorreu no contexto do Programa Fome Zero e representou a decisão do Brasil de compartilhar, no plano internacional, suas experiências e políticas públicas de combate à fome e à pobreza, por meio da cooperação Sul-Sul. O apoio ao fortalecimento de programas de alimentação escolar de países do Sul Global estava contemplado nessa

Campanhas educativas, formação de agentes comunitários e ações em escolas buscaram transformar a relação das pessoas com a alimentação.



estratégia. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (WFP) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) atuaram como parceiros estratégicos do governo brasileiro na implementação dessas ações de cooperação.

A partir de 2005, o Brasil passou a receber solicitações de cooperação técnica voltadas ao fortalecimento de programas de alimentação escolar, provenientes de países latino-americanos e caribenhos, e de nações africanas de língua portuguesa.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi criada em 1987 para coordenar a cooperação técnica do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil. Posteriormente, passou também a coordenar a cooperação humanitária. A partir de 2006, a ABC tornou-se importante parceira da CGFome para a estruturação da cooperação Sul-Sul (CSS) em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tendo a alimentação escolar como uma de suas principais vertentes. As iniciativas de CSS em alimentação escolar envolveram, desde o início, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação e, responsável pela gestão do PNAE. O FNDE é o principal órgão brasileiro cooperante na área, atuando tanto no aporte técnico como no financeiro.

No âmbito da cooperação Sul-Sul brasileira coordenada pela ABC, as iniciativas estruturadas em alimentação escolar tiveram início com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no formato bilateral, com São Tomé e Príncipe (2007). Nos anos seguintes, foram estabelecidas iniciativas com Bolívia e Cabo Verde (2008), Timor-Leste (2011) e, alguns anos mais adiante, com o Suriname (2018).

A partir de 2008, o governo brasileiro reconheceu na articulação com organismos internacionais especializados, como a FAO e o WFP, bem como o aprofundamento das ações em parceria com o PNUD, uma via estratégica para ganho de escala e legitimidade às ações de cooperação internacional. Nesse ano foi assinado o acordo de cooperação trilateral com a FAO.

Dessa forma, em 2009, foi iniciado o primeiro projeto de cooperação Sul-Sul trilateral (CSST) em alimentação escolar com a FAO, com foco prioritário na América Latina e no Caribe. No mesmo ano, foi promulgada no Brasil a Lei nº 11.947/2009, que regulamentou a alimentação escolar no Brasil e passou a ser referência para países do Sul Global. A legislação brasileira introduziu inovações significativas, como o fortalecimento do controle social, a educação alimentar e nutricional, a obrigatoriedade de destinar ao menos 30% dos recursos federais à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, dentre outros, despertando amplo interesse de países parceiros.



Em 2010, por sua vez, o Brasil, por meio da ABC e do FNDE, firmou com o WFP um Acordo para a criação de um Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em 2011, em Brasília. Com apoio técnico e financeiro do governo brasileiro, o Centro passou a atuar no fortalecimento de programas sustentáveis de alimentação escolar no Sul Global, com ênfase em países da África e da Ásia. Em 2010, o Brasil e o WFP também assinaram um Memorando de Entendimentos com Moçambique, para apoiar a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar moçambicano, conhecido como PRONAE, marcando o início das ações de cooperação com aquele país.

Com o estabelecimento das parcerias trilaterais com a FAO e com o WFP, a partir de 2011, intensificou-se o interesse de países do Sul em conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil. Esse movimento resultou na realização de múltiplas missões estrangeiras ao Brasil, com o objetivo de observar, *in loco*, o desenho institucional e a governança intersetorial do programa. Nesse mesmo ano, o Brasil estabelece parceria com o PNUD, com o intuito de ampliar e potencializar as ações já em curso com a FAO e o WFP.

Cabe ainda referenciar duas iniciativas trilaterais que foram firmadas em 2013: uma com a FAO, para apoiar o fortalecimento de programas de alimentação escolar com países africanos, e a outra com o WFP e o governo norte-americano, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), para atuar com Moçambique em seu programa de alimentação escolar, complementando as ações já iniciadas na parceria do Brasil-WFP naquele país.



Nesse mesmo ano de 2013, também ao amparo da parceria com o WFP, cabe mencionar a realização do *Global Child Nutrition Forum* (GCNF), na Bahia, que reuniu mais de 250 delegados estrangeiros para discutir aspectos relacionados à nutrição dos programas de alimentação escolar.

Ainda com o WFP foi iniciado, em 2014, com vigência até 2017, o projeto “Possibilitando Políticas de Capacidade e Segurança Alimentar na África – Potencializando as Experiências e Conhecimento do Brasil”, com financiamento do Reino Unido. Seu objetivo foi o de melhorar a segurança alimentar em países africanos, por meio do incentivo à alimentação escolar vinculada à agricultura familiar. Outra iniciativa com o WFP, iniciada também em 2014, que contou com o apoio financeiro da Fundação Bill e Melinda Gates, foi a intitulada “Série Políticas Sociais”. O foco da ação centrou-se no levantamento da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza, por meio dos programas de proteção social que tinham como base as compras públicas da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE.

Das visitas organizadas ao Brasil, destaca-se a missão de alto nível de representantes da União Africana, promovida no âmbito parceria com o WFP, em 2015. A experiência contribuiu para a edição de normativas estratégicas para o continente africano, em 2016, voltadas a integrar a agricultura familiar à alimentação escolar, configurando uma combinação estratégica para impulsionar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural e educacional. O Dia Africano da Alimentação Escolar foi também instituído oficialmente pela União Africana, definindo-se o 1º de março como data celebrativa para promover esses programas no continente.

Em 2016 a CGFome foi extinta e, somente em 2023, durante a atual gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada, no MRE, a Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional (CGSAN), com atribuições semelhantes à antiga CGFome. A CGSAN atua em estreita sinergia com a ABC, conduzindo ações voltadas à política externa brasileira em segurança alimentar e nutricional, incluindo a alimentação escolar.

As parcerias estabelecidas com os organismos internacionais para a promoção da alimentação escolar têm desempenhado papel fundamental na CSST brasileira, gerando resultados expressivos, diretos e indiretos, tanto para o Brasil quanto para os programas de alimentação escolar dos diversos países do Sul Global. Entre os exemplos concretos, destacam-se a criação da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), em 2018, no âmbito da América Latina e do Caribe, que conta com a secretaria-executiva da FAO, bem como o fortalecimento do arcabouço normativo voltado à alimentação escolar em países cooperantes, com apoio dos organismos internacionais.

Em 2023 foi estabelecida outra importante iniciativa, no marco da parceria com o escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), com a participação dos governos da República do Congo e do Brasil. O projeto, implementado pelo WFP e financiado pelo Fundo Índia, Brasil e África do Sul de Combate à Fome e à Pobreza (Fundo IBAS), tem como objetivo fortalecer a alimentação escolar e a agricultura familiar do parceiro africano, com ênfase nas compras institucionais. Pelo lado brasileiro, participam a ABC e o FNDE, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e, pelo lado congolês, participam as duas instituições setoriais homólogas.

Cada vez mais, a CSST busca um trabalho integrado com os organismos internacionais, com o objetivo de identificar sinergias e potencializar as vantagens comparativas de cada parceiro. Como exemplo, o governo brasileiro vem negociando em conjunto com as agências das Nações Unidas sediadas em Roma (FAO, FIDA, WFP), um documento programático conjunto para o fortalecimento da conexão entre a alimentação escolar e a agricultura familiar em países-piloto na América Latina e Caribe, bem como na África. Ainda nesse espírito de coordenação e racionalização de esforços na região, foi criada uma Força-Tarefa, coordenada pela ABC e composta por representantes do governo brasileiro, da secretaria da RAES, da FAO e do WFP Regionais, bem como do Centro de Excelência contra a Fome do WFP.

Além das iniciativas específicas de cooperação Sul-Sul, a pauta da alimentação escolar tem ganhado centralidade crescente na política externa brasileira, por meio de ações estratégicas mais amplas, como a Coalizão para a Alimentação Escolar, criada em 2021, copresidida pelo Brasil, França e Finlândia, bem como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, criada em 2024, sob a presidência brasileira do G20. Tais esforços contribuem para ampliar o alcance internacional das experiências brasileiras e reafirmam o compromisso do País com a promoção do direito humano à alimentação adequada e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Brasil sedia, em 2025, a II Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar, na cidade de Fortaleza, no Ceará, representando marco nacional e global para a alimentação escolar.





2

Atividades e Resultados das Parcerias de Cooperação Sul-Sul Trilateral em Alimentação Escolar

A seguir relacionam-se as atividades e resultados das parcerias estabelecidas na CSST em alimentação escolar, entre o governo brasileiro e organismos internacionais parceiros.

Brasil-FAO (desde 2009)



ATIVIDADES:

- Promoção de diálogos e intercâmbios para a construção conjunta de uma agenda regional de alimentação escolar.
- Organização de visitas técnicas ao Brasil, composta por integrantes de governos e escritórios da FAO dos países da

América Latina e do Caribe (ALC), para conhecer, *in loco*, a experiência do PNAE e promover o intercâmbio de conhecimentos.

- Realização de missões técnicas de especialistas brasileiros e da FAO a países da ALC para intercâmbio de informações sobre seus programas de alimentação escolar.
- Realização de cursos presenciais e virtuais voltados para profissionais atuantes na área de alimentação escolar, alguns deles com etapas práticas de capacitação (estágios).
- Elaboração, sistematização, edição e tradução de publicações técnicas, como estudos, relatórios e pesquisas, voltadas ao fortalecimento das políticas de alimentação escolar nos países da região e à disseminação de boas práticas.



RESULTADOS:

- Construção e disseminação da metodologia de “Escolas Sustentáveis” na ALC, inspirada na experiência brasileira, que articula seis componentes-chave para a implementação de programas de alimentação escolar: (i) cardápios adequados e saudáveis, (ii) educação alimentar e nutricional e hortas escolares, (iii) melhoria da infraestrutura, (iv) articulação intersetorial, (v) compras públicas da agricultura familiar e (vi) participação social.
- Impulso e apoio técnico para a adoção de marcos legais para a alimentação escolar em diversos países da região, como Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai.
- Criação da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), com o objetivo de fortalecer uma agenda regional integrada sobre alimentação escolar. A RAES proporciona o compartilhamento de boas práticas entre os países-membros e promove a articulação de respostas coletivas a desafios comuns enfrentados pelos programas nacionais.



Brasil-WFP (desde 2010)



ATIVIDADES:

- Realização de missões técnicas e de alto nível ao Brasil para promover o intercâmbio de experiências e conhecimento sobre a gestão e implementação do PNAE, resultando em planos de ação personalizados de orientação de seguimento da cooperação.
- Realização de missões técnicas de representantes do governo brasileiro e do Centro de Excelência contra a Fome, com o objetivo de apoiar o fortalecimento institucional e a implementação de programas de alimentação escolar sustentáveis.
- Apoio à participação ativa de representantes do governo brasileiro em fóruns globais e na organização de eventos internacionais estratégicos, como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e o *Global Child Nutrition Forum (GCNF)*.
- Elaboração e disseminação de publicações técnicas e produtos de conhecimentos multilinguístico, incluindo estudos de caso, *policies briefs* e publicações técnicas sobre alimentação escolar, nutrição e agricultura familiar.
- Cooperação técnica direta com países parceiros, com envio de especialistas e consultores em áreas como formulação e monitoramento de políticas, nutrição e proteção social.



RESULTADOS:

- Contribuição para a adoção da Decisão 589/2016 pela União Africana, culminando na Estratégia da Educação Continental da África, a qual reconhece os programas de alimentação escolar vinculados à agricultura familiar como instrumentos eficazes de geração de renda e redução da evasão escolar.
- Apoio à adoção do 1º de março como data celebrativa do Dia Africano de Alimentação Escolar.
- Contribuição direta para avanços legislativos e institucionais em alimentação escolar, como a Lei de Alimentação Escolar do Togo, o Plano Estratégico de Alimentação Escolar do Quênia, a formulação da Política do Malawi e o processo de transição de São Tomé e Príncipe para um programa nacional de alimentação escolar liderado nacionalmente.

- Estímulo à formulação ou revisão de políticas nacionais e apoio à construção de marcos legais ou regulatórios em diversos países.
- Desenvolvimento e implementação da iniciativa “Visita Virtual: Brasil”, criada durante a pandemia de COVID-19 e mantida até os dias atuais, como alternativa eficaz e de baixo custo para o intercâmbio de conhecimento técnico entre os países do Sul Global.
- Valorização do papel de profissionais da alimentação escolar, especialmente nutricionistas e merendeiras, como atores-chave para a sustentabilidade e qualidade dos programas, influenciando o desenho de políticas em diversos países parceiros. A promoção do programa “Vida de Merendeiras”, em 2024 e 2025, tem permitido compartilhar com países africanos de língua portuguesa e latino-americanos o papel fundamental conferido a essas profissionais no Brasil.



Brasil-PNUD (2007-2020)



ATIVIDADES:

- Apoio às ações de promoção do desenvolvimento e a implementação de programas de alimentação escolar sustentável (PAES), por meio de aprimoramento de capacidades e compartilhamento de tecnologias sociais brasileiras com países em desenvolvimento. Essas ações incluem, entre outras, a organização de missões técnicas e de alto nível, realização de seminários e workshops, elaboração/sistematização de publicações relacionadas à alimentação escolar nas políticas públicas dos países parceiros da cooperação brasileira.
- Promoção de sinergia entre iniciativas do governo brasileiro com a FAO e com o WFP, para a realização de missões técnicas e de alto nível de países do Sul Global ao Brasil e de missões de representantes do governo brasileiro a esses países, para compartilhamento de informações e de boas práticas relacionadas ao PNAE.



RESULTADOS:

- Contribuição para a criação, fortalecimento e implementação de programas de alimentação escolar em países do Sul Global, e sua incorporação às políticas públicas locais por meio do aprimoramento de capacidades e compartilhamento de tecnologias sociais brasileiras aos países em desenvolvimento.
- Aquisição e distribuição de kits de higiene (pias para lavagem de mãos), conservação (refrigeradores) e de preparação de alimentos (utensílios de cozinha) para escolas pré-selecionadas de 11 países latino-americanos e caribenhos, com vistas ao retorno seguro dos estudantes durante e após a pandemia. A ação foi implementada por meio da parceria entre o Brasil e o PNUD, com o apoio do FAO, alcançando 558 escolas e mais de 100.000 estudantes da região da América Latina e Caribe.

Brasil-Fundo IBAS (2023-2025)



ATIVIDADES:

- Realização de visita técnica de representantes do governo do Congo ao Brasil para conhecer os programas de compras institucionais e a produção de alimentos de agricultura familiar.
- Realização de missões técnicas do governo brasileiro e do Centro de Excelência contra a Fome à República do Congo, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas e experiências nas áreas de alimentação escolar, assistência técnica e extensão rural.
- Condução de webinários sobre políticas agrícolas, compras institucionais, monitoramento e avaliação da alimentação escolar e controle social.
- Mapeamento da produção agrícola local congoleza e identificação de produtos adequados à alimentação escolar, com entrega de equipamentos e utensílios para 10 escolas e 10 associações piloto de produtores.
- Publicação de ferramentas e materiais sobre políticas agrícolas, compras institucionais, monitoramento e avaliação da alimentação escolar e controle social.



RESULTADOS:

- Fortalecimento dos espaços de diálogo multisetorial entre as instituições congolezas e aprimoramento da capacidade técnica do país para planejar, implementar e monitorar programas governamentais relacionados ao acesso de agricultores familiares aos mercados locais, com vistas ao fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar.



3

Brasil em Destaque: Cooperação Sul-Sul e Iniciativas Internacionais em Alimentação Escolar

Para contribuir com o cumprimento da Agenda 2030, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável) e 4 (educação de qualidade), o Brasil passou, a partir de 2018, a exercer papel de destaque em espaços internacionais voltados à promoção da alimentação escolar. Essa atuação tem ocorrido por meio da cooperação Sul-Sul e de outras iniciativas da política externa brasileira relacionadas ao tema.

Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)

Criada em 2018, como resposta do governo brasileiro à Década das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025), a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) é liderada pelo Brasil com o apoio e secretariado da FAO, no marco das ações de Melhor Nutrição propostas por esse organismo. Essa rede busca apoiar os países da América Latina e do Caribe na implementação e aprimoramento de seus programas e políticas de alimentação escolar, fundamentados no princípio do direito humano à alimentação adequada. Desde então, a RAES tem se proposto a promover o diálogo, desenvolver capacidades e fomentar trocas de experiências e de informações, com o objetivo de consolidar os programas de alimentação escolar na região da América Latina e do Caribe, além de contribuir para o cumprimento dos ODS. A rede busca também ser a voz dos países da região para o tema de alimentação escolar, consolidando uma agenda regional e assim contribuindo para os objetivos da Coalizão para a Alimentação Escolar e da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A RAES conta, atualmente, com 18 países-membros e está aberta a novas adesões de países da região.



 <https://redraes.org>

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desde 2018, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, vem promovendo o intercâmbio de experiências sobre alimentação escolar entre os seus Estados-membros, por meio de seminários temáticos organizados em parceria com organismos internacionais, como o WFP e a FAO. Esses encontros têm favorecido a articulação de políticas públicas vinculadas à segurança alimentar, à educação e ao fortalecimento da agricultura familiar. Em 2022, o tema foi incorporado no Plano Estratégico de Cooperação em Educação da CPLP (2022-2026), no Eixo II – Alimentação, Nutrição e Saúde Escolar, com ênfase na promoção de ambientes escolares saudáveis e na implementação de programas nacionais integrados. A iniciativa reforça o compromisso da CPLP com a promoção do direito humano à alimentação adequada, em sinergia com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP). A CPLP tornou-se membro da Coalizão para a Alimentação Escolar em dezembro de 2024, por ocasião da Conferência de Alto Nível da Comunidade, realizada em São Tomé e Príncipe.



 www.cplp.org

Coalizão para a Alimentação Escolar

Criada durante a Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas, em 2021, a Coalizão para a Alimentação Escolar reúne atualmente mais de 110 países e organismos regionais, além de mais de 140 parceiros, entre organismos internacionais, bancos de fomento, instituições filantrópicas, academia e sociedade civil. Seu objetivo é garantir que toda a criança receba, até 2030, uma alimentação saudável e nutritiva no ambiente escolar. Secretariada pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP), a Coalizão busca mobilizar compromisso político e soluções práticas para ampliar mundialmente a escala dos programas de alimentação escolar. O Brasil aderiu à Coalizão em 2021 e assumiu sua co-liderança em 2023, somando-se à França e à Finlândia, por ocasião da I Cúpula Global, realizada em Paris. Em 2025 o Brasil sedia a II Cúpula Global da Coalização para a Alimentação Escolar, em Fortaleza, Ceará.



www.schoolmealscoalition.org

Fundo IBAS

O Fundo Índia, Brasil, e África do Sul de Combate à Pobreza e à Fome (Fundo IBAS) é uma iniciativa pioneira entre três países em desenvolvimento - democráticos, multi-étnicos e multiculturais - em benefício de outras nações do Sul Global, em parceria com o sistema das Nações Unidas. Seu objetivo é identificar projetos replicáveis e escaláveis, que possam ser disseminados a países em desenvolvimento interessados, como exemplos de melhores práticas no combate à pobreza e à fome. O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) é o gestor do Fundo e cada projeto é implementado por uma agência da ONU que presta apoio técnico e realiza a gestão do projeto no terreno, de acordo com o seu mandato. Em 2023, uma iniciativa foi assinada entre os governos da República do Congo e do Brasil, e o Programa Mundial de Alimentos (WFP) para apoiar o acesso dos pequenos produtores aos mercados congolese, inclusive para a alimentação escolar.



www.ibsa-trilateral.org

Programa conjunto Brasil-Agências Romanas

Com o objetivo de potencializar a vantagem comparativa dos organismos internacionais envolvidos nas iniciativas de CSS Trilateral em alimentação escolar e agricultura familiar, a ABC, em parceria com as agências sediadas em Roma (FAO, FIDA e WFP) desenhou um programa conjunto para o fortalecimento da conexão da agricultura familiar com a alimentação escolar. Em 2023, as instituições brasileiras cooperantes (FNDE, MDA e MDS) participaram da oficina de promoção de subsídios para a elaboração da estratégia, em Roma, e ficou decidido que contribuirão nas fases de planejamento e de implementação de projetos pilotos em um país da América Latina e Caribe (Guatemala) e outro da África (Quênia).



Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi estabelecida como uma proposta da presidência brasileira do G20 para apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1 e ODS 2), ao mesmo tempo reduzindo as desigualdades (ODS 10). O núcleo da Aliança é o *Policy Basket*, um menu de instrumentos políticos rigorosamente avaliados, garantindo que os investimentos dos doadores sejam direcionados a iniciativas de alto impacto e custo-efetivas. Atuando como um facilitador neutro, a Aliança constrói parcerias e mobiliza recursos financeiros e de conhecimento para implementar esses instrumentos políticos. A alimentação escolar é uma das principais políticas inseridas na Cesta de Políticas da Aliança para compartilhamento com os países interessados.



www.globalallianceagainsthungerandpoverty.org

Outras Estratégias com participação do Brasil

Força Tarefa Brasil-FAO-WFP

O Brasil impulsionou o estabelecimento de uma Força-Tarefa para discutir formas de integração das ações da alimentação escolar, com a FAO e com o WFP, inicialmente na América Latina e no Caribe. Participam do grupo representantes do Brasil (MRE: ABC e CGSAN, FNDE), Secretaria da RAES, FAO e WFP Regionais e Centro de Excelência contra a Fome do WFP, em Brasília.

Ação conjunta Brasil-França-WFP

Com base no Novo Plano de Ação Estratégico Brasil-França, os dois governos e o WFP, por meio do Centro de Excelência contra a Fome, em Brasília, negociam mecanismo de cooperação sul-sul trilateral, sob o tema de alimentação escolar, que contemplará países do Sul Global.

Ações Brasil-Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição da Coalizão para a Alimentação Escolar

Acreditando na importância de evidências científicas, o Brasil tem se engajado na promoção de estudos e pesquisas envolvendo o PNAE, lideradas pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição da Coalizão para a Alimentação Escolar, juntamente com o FNDE, universidades brasileiras e parceiros estratégicos como a ABC, a RAES e o Centro de Excelência contra a Fome do WFP.

4

Linha do Tempo da Alimentação Escolar na Cooperação Sul-Sul Brasileira e na Política Externa do País

Lançamento
do Programa
Fome Zero

2003

Primeiras
demandas de
cooperação em
alimentação escolar
ao Brasil de países
da ALC e de língua
portuguesa

2005

2004

Criação da
CGFome





Assinatura do
Acordo CSS **Trilateral**
Brasil-FAO

Assinatura de projeto
bilateral com Cabo
Verde e Bolívia

Assinatura do Acordo
Brasil-WFP

Assinatura Memorando
BRA-WFP-MOZ

Assinatura de projeto
trilateral **BRA-WFP-MOZ**

2007

2008

2009

2010

2011

Estabelecida a
primeira iniciativa
bilateral com
São Tomé e Príncipe,
com apoio do PNUD

Assinatura da primeira
iniciativa CSS trilateral
em alimentação Escolar
BRA-FAO

Edição da Lei que
regulamenta a
alimentação escolar
no Brasil

Criação do **Centro
de Excelência
contra a Fome do
WFP em Brasília**

Assinatura do
projeto trilateral
**BRA-PNUD para
o Sul-Global**

Assinatura do projeto
bilateral



Início do projeto entre o Brasil -Reino Unido e WFP

Iniciativa Brasil-WFP e Fundação Bill e Melinda Gates

Criação da **RAES**

I Seminário de Alimentação Escolar na **CPLP**

Assinatura de projeto **bilateral Brasil-Suriname**

Assinatura de projeto **trilateral com Moçambique e Guiné-Bissau**

2013

2014

2016

2018

2020

Assinatura de projeto bilateral com Timor-Leste

Assinatura do projeto **trilateral BRA-FAO-AFR**

Assinatura de projeto **trilateral BRA-USAID-MOZ**

Realização do GCNF na Bahia

Visita da União Africana ao Brasil e adoção da **Decisão 589** da União Africana que adota a Estratégia de Educação Continental para a África, reconhecendo a importância da conexão entre a alimentação escolar e a agricultura familiar

Instituição do Dia 1º de março como o Dia Africano de AE

Desenvolvimento de ferramentas remotas de CSST em alimentação escolar durante a pandemia



Alimentação
Escolar é incluída
na **Estratégia de
Cooperação em
Educação da CPLP**

Inclusão da alimentação escolar
na cesta de política da **Aliança
Global contra a Fome e a
Pobreza**

Criação da **Força-Tarefa de
Alimentação Escolar-ALC**

Início de ações conjuntas entre
**Brasil e Consórcio
de Pesquisas da Coalizão
para Alimentação Escolar**

Adesão da **CPLP à Coalizão
para Alimentação Escolar**

2021

2022

2023

2024

2025

Realização da
**I Visita de Estudos
Virtual BRA-WFP**

Criação da **Coalizão
para Alimentação
Escolar**

Adesão do Brasil
à Coalizão para a
Alimentação Escolar

Criação da **CGSAN/
MRE**

Assinatura do projeto
**Fundo IBAS-CON-
WFP**

Brasil assume a
**co-liderança da
Coalizão** para a
Alimentação Escolar,
com França e Finlândia
durante a **I Cúpula da
Coalizão** em Paris

Realização da **II
Cúpula da Coalizão
para a Alimentação
Escolar** no Brasil
(Fortaleza-CE)

Cooperação Trilateral
BRA-FRA-WFP

Negociação/
Assinatura do
Programa Conjunto
Brasil-RBA

5

Sobre os Parceiros

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações



Exteriores (MRE), foi criada em 1987 para planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar programas, projetos e atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral. Desde 2019 tem também a responsabilidade de coordenar a cooperação humanitária promovida pelo governo brasileiro. Ao longo dos anos, o Brasil, que antes se limitava a receber assistência técnica de países desenvolvidos e de organismos internacionais, passou a realizar cooperação para o exterior. Para a execução de suas ações, a ABC conta com cerca de 120 entidades cooperantes nacionais, públicas e privadas; com alianças estratégicas com países desenvolvidos, além de parcerias com 45 organismos internacionais, blocos de países regionais e extrarregionais, e com projetos de cooperação em mais de 100 países em desenvolvimento, inclusive países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de Menor Desenvolvimento Relativo. A Alimentação Escolar é tema prioritário da cooperação Sul-Sul trilateral e conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como o principal parceiro técnico e financeiro nesta área. Com a parceria de organismos internacionais, dissemina o PNAE junto a países do Sul Global.



www.gov.br/abc/pt-br

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao



fnde

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Ministério da Educação, é o órgão responsável pela gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil. O programa consiste na oferta de alimentação escolar adequada e saudável aos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica da rede pública de todo território nacional. É a política de segurança alimentar e nutricional mais consolidada do Brasil, tendo iniciado seus primeiros passos ainda na década de 1950. Atualmente, serve mais de 50 milhões de refeições diárias a aproximadamente 39 milhões de alunos, em 144 mil escolas estaduais, municipais e federais. Ao longo de sua evolução histórica, o programa avançou em diversos aspectos, como: descentralização de recursos federais, criação dos conselhos de alimentação escolar (CAE), presença da (o) nutricionista como responsável técnico, parcerias com instituições federais de ensino superior e diversas iniciativas e diretrizes de educação alimentar e nutricional. A Lei 11.947/2009, promoveu inovações significativas, a exemplo da determinação de que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios devam ser utilizados para a aquisição de produtos da agricultura familiar, o que passou a gerar fonte estável de renda para mais de 40 mil agricultores e agricultoras familiares no Brasil. Mais recentemente, foi equiparada a priorização de grupos formais e informais de mulheres aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e assentamentos da reforma agrária no processo de seleção para comercialização de alimentos no âmbito do PNAE, que também estabeleceu redução do percentual máximo de aquisição de alimentos processados e ultraprocessados.



www.gov.br/fnde/pt-br

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o MDA, foi recriado por meio do Decreto nº 11.396 de 21 de janeiro de 2023.

A missão do ministério é fortalecer a agricultura familiar e democratizar o acesso à terra para impulsionar a produção sustentável de alimentos saudáveis ao povo brasileiro e promover o bem viver das populações do campo, das águas e das florestas.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



www.gov.br/mda/pt-br

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é o órgão federal responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento e de assistência social, de renda de cidadania, de segurança alimentar e nutricional, e pela gestão do Cadastro Único para Programas Sociais. Compete ao MDS a articulação com os governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para essas políticas nacionais. O MDS atua na normatização, orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, de programas e de projetos relativos a essas políticas públicas. O MDS é instituição parceira estratégica nas ações desenvolvidas no âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral, permitindo que países interessados no tema de compras institucionais, incluindo o PNAE, também conheçam, de forma articulada, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



www.gov.br/mds/pt-br

Programa Mundial de Alimentos (WFP)

Movido pela crescente demanda dos países, o Programa Mundial de Alimentos (WFP), internacionalmente conhecido como World Food Programme (WFP), é maior agência humanitária do mundo dedicada ao combate à fome e à insegurança alimentar. Fundado em 1961 e vinculado às Nações Unidas, o WFP atua em mais de 120 países e territórios, fornecendo assistência alimentar emergencial, promovendo a nutrição e apoiando comunidades vulneráveis a se tornarem mais resilientes a crises. Como parceiro da CSST, o WFP tem apoiado os atores nacionais no compartilhamento de soluções, boas práticas e de aprendizados a partir da experiência de outros países, alavancando uma vasta gama de modalidades de CSST, tais como visitas de estudo, suporte técnico, desenvolvimento de capacidades, incidência política, etc. Desde o estabelecimento do Centro de Excelência contra a Fome do WFP, em 2011, em Brasília, mais de 80 países do Sul-Global participaram de ações da cooperação Sul-Sul trilateral em alimentação escolar no âmbito da parceria com o governo brasileiro.



**Programa
Mundial de
Alimentos**
Centro de Excelência
contra a Fome



www.wfp.org

Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)



O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul visa reforçar a cooperação Sul-Sul e triangular como meio de acelerar a velocidade e a escala da ação para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para contribuir para esse objetivo, o Escritório se concentra em três resultados que abrangem as seguintes áreas: (a) promover a formulação e implementação de políticas de cooperação Sul-Sul e triangular; (b) fortalecer a capacidade das Nações Unidas de fornecer apoio à cooperação Sul-Sul e triangular; e (c) promover o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e o desenvolvimento e transferência de tecnologia na cooperação Sul-Sul e triangular, a fim de permitir que os países em desenvolvimento busquem um desenvolvimento mais resiliente e sustentável. Esses resultados serão alcançados por meio de cinco serviços: (a) facilitação e relatórios de processos intergovernamentais; (b) desenvolvimento de capacidades; (c) cocriação e gestão de conhecimento; (d) laboratório de soluções de cooperação Sul-Sul e triangular; e (e) gestão de fundos fiduciários.

 <https://unsouthsouth.org/>

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) tem como missão reduzir a pobreza rural, fortalecendo pequenos produtores, mulheres e jovens por meio de intervenções voltadas à segurança alimentar, à inclusão produtiva e à adaptação climática. Desde sua criação, em 1977, o FIDA já investiu mais de US\$ 23,2 bilhões em doações e empréstimos concessionais, alcançando cerca de 518 milhões de pessoas. O Fundo opera em parceria com governos, organizações não governamentais, instituições financeiras e fundos globais, mobilizando recursos em escala e promovendo soluções adaptadas às realidades dos territórios rurais e de suas comunidades. Ao combinar investimentos em assistência técnica, fortalecimento de cadeias de valor e comercialização de produtos da agricultura familiar, o FIDA busca empoderar as populações rurais com ferramentas e recursos que assegurem sua segurança alimentar, renda e resiliência climática.



 <https://www.ifad.org/>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

A FAO é uma das agências da ONU especializadas em segurança alimentar e nutricional, agricultura e desenvolvimento sustentável. Com sede em Roma, na Itália, a FAO é composta por 194 Estados-membros. Desde 2009, o Programa de Cooperação Brasil-FAO, em Alimentação Escolar, uma aliança entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), vem desenvolvendo atividades para fortalecer e institucionalizar os programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe (ALC). A Cooperação tem promovido ações que visam a oferta de cardápios saudáveis e adequados, compras públicas da agricultura familiar, melhoria da infraestrutura escolar e ações de educação alimentar e nutricional (EAN), como as hortas escolares, intercâmbios de experiências, capacitações e visitas técnicas entre 26 países da ALC, no âmbito da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES).



www.fao.org

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)



O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o organismo de desenvolvimento global das Nações Unidas que promove mudanças e conecta os países com o conhecimento, a experiência e os recursos necessários para apoiar os países e sua população a construir uma vida melhor. O PNUD trabalha em cerca de 170 países e territórios, contribuindo para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e a exclusão e construir resiliência para que os países possam desenvolver-se com sustentabilidade. Como organismo de desenvolvimento da ONU, o PNUD desempenha um papel crítico em apoiar os países no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Juntamente com o governo brasileiro assinou iniciativa para apoiar a sustentabilidade de programas de alimentação escolar no Sul Global, promovendo sinergia e potencializando as parcerias do governo brasileiro com o WFP e com a FAO.



www.undp.org



